

JOSÉ MEGALE VICE

PROGRAMA
DE GOVERNO
2019 - 2022

O PARÁ EM BOAS MÃOS



O Pará em boas mãos.

No Pará, pela sua própria dimensão territorial e formação histórica, os desafios parecem ser, sempre, de grande monta e permanentes. A cada passo que se dá, novos desafios aparecem, outras dificuldades brotam. Vários anos seguidos de avanço na gestão pública, na expansão dos serviços, na modernização da infraestrutura, no crescimento econômico, mostram resultados palpáveis de melhorias nas condições de vida da maioria da população. Mas, inegavelmente, as carências continuam grandes, as necessidades imensas, e até mesmo as perspectivas que se abrem com os avanços tornam maiores as expectativas e as exigências da sociedade. A posição do Pará e da Amazônia no mapa do Brasil, com suas fronteiras vulneráveis, e aos olhos do mundo, com suas riquezas invejáveis, contribui para incrementar os desafios, sem atenuantes.

Nesse cenário, a única opção do Pará é **continuar avançando**, aumentar o ritmo, cobrir áreas mais expostas, consolidar as conquistas econômicas, reafirmar suas vocações pela sustentabilidade, e sobretudo ampliar o alcance das medidas sociais. Sem tréguas para o atraso e com o rumo voltado para uma economia sustentável, com foco na harmonia entre meio ambiente, produção e conquistas sociais.

É fazer um Governo com sensibilidade social e firmeza na condução da política econômica, na gestão da coisa pública. É administrar como quem cuida, protege, e faz a vida nascer com uma mão, e com a outra comanda, controla, age e determina. É deixar o Pará em boas mãos, para acumular os acertos, impedir os desvios de toda ordem e ir ao encontro do futuro.

Estender a mão para quem precisa. Só isso dá sentido a um Governo eleito democraticamente com a missão – a única necessária e possível – de combater a pobreza e as desigualdades. E é o que norteia todo e qualquer esforço no sentido do crescimento econômico e das ações estruturantes.

É preciso consolidar tudo de positivo que o Pará conquistou nos últimos anos, o que não é pouco: gestão responsável e equilíbrio fiscal, energia firme em quase todo o Estado, infraestrutura logística ampliada e modernizada, ampla rede de hospitais de média e alta complexidade por todo o Estado, mais escolas de ensino médio e tecnológicas, presença mais firme do Estado em todas as regiões. A vocação turística transformada em alavanca do desenvolvimento, esforço pela mudança da base produtiva com a superação da dependência quase exclusiva do extrativismo, atração de investimentos industriais de perfil sustentável, um olhar mais consciente sobre o meio ambiente, só para citar algumas das mais relevantes.





Na outra ponta, registram-se ganhos inequívocos na atenção social: serviço gratuito e universal em caravanas de saúde e cidadania, auxílio para melhoria das moradias, resgate de parte da dívida com os descendentes de quilombolas, reconhecimento da cultura como um ativo importante para o fortalecimento da nossa identidade e estímulo para gerar renda e emprego.

Se, de um lado, o Brasil atravessa uma crise econômica persistente, que nos mostra um horizonte nebuloso, o mundo do século XXI nos dá a clareza de enxergar transformações velozes e profundas no modo de viver e produzir. Entre as duas realidades, o Pará precisa se mover e seguir adiante com soluções inovadoras e medidas ousadas. Sem voltar ao passado de algumas décadas, de tristes lembranças. Gerar empregos e renda, mantendo a boa convivência com a natureza, inovar na tecnologia valorizando as nossas raízes, dar mais segurança à população sem descuidar do patrimônio cultural, levar mais saúde e educação gratuita para quem precisa, de boa qualidade e acessível em todos os cantos do Estado. É o que o presente plano de governo se propõe, com ações e programas abrangentes, em todos os setores, com reforço na questão social e o devido destaque para a Educação e o conhecimento, únicas vias por onde o Pará pode, definitivamente, romper as amarras com o passado e alcançar o destino sustentável que lhe é reservado, nas boas mãos de sua gente de bem.

Belém, Pará, agosto de 2018.





O DESAFIO DE DESENVOLVER O PARÁ

Os últimos anos o Estado do Pará esteve em evidência no cenário nacional. Se por um lado a pujança da economia e o controle das contas públicas nos colocaram à frente dos demais Estados da Nação, por outro a diversidade territorial, os indicadores sociais e outros problemas seculares em nosso território, requerem formas inovadoras de governar e nos fazem apresentar um programa que reconhece os avanços alcançados nos últimos anos e apresenta alternativas para enfrentar os desafios postos.

Não será possível olhar em direção ao futuro sem a consciência e a reflexão sobre o hoje. Um Estado que não tem memória, não tem história, não tem futuro, a proposição de avanços e inovação devem partir, necessariamente, da avaliação crítica do que já foi realizado.

Reduzir pobreza e desigualdade foram os objetivos que nortearam as ações de governo nos últimos oito anos.

Nos primeiros anos da gestão que nos antecedeu, o principal esforço foi direcionado ao equilíbrio das contas públicas, condição indispensável para que as políticas públicas pudessem ser construídas.

Tendo o equilíbrio fiscal como pressuposto de gestão, foi possível implantar no Estado um grande programa de investimento, cujo sentido era estruturar serviços públicos de qualidade em todas as regiões do Estado.

O país atravessou nos últimos 4 anos a pior crise econômica desde 1929 com redução acumulada de PIB, elevação da inflação e grave descontrole das contas públicas da União.

Esse cenário de caos econômico e fiscal teve impacto negativo para as finanças públicas dos Estados e Municípios, sobretudo pela queda de empregos e rendas locais, além de uma acentuada redução das receitas. Há sinalização de que os indicadores sociais do País retroagiram uma década, por exemplo a mortalidade infantil que vinha em processo de queda, voltou a crescer no último ano.

Ainda assim, o Pará manteve-se com o controle das contas públicas. O último relatório de como situação fiscal forte e baixo risco de crédito, demonstrando a melhor posição entre todos os Estados da Federação e considerando o "rating" A por 4 anos consecutivos.

Apesar de alguns indicadores positivos como o IPCA e SELIC (em patamares bastante baixos) e a volta do crescimento do PIB (aquém do esperado), o número de desempregados continua em alta no país, o que sinaliza que os próximos dois anos serão de dificuldades no Brasil.

O próximo presidente se deparará com agendas indigestas de reformas necessárias para a retomada de crescimento do país. O teto dos gastos públicos imporá uma obrigação de forte controle orçamentário. As reformas tributárias e da previdência se





imporão como agendas prioritárias exigindo posicionamento firme e determinado do novo gestor e uma nova forma de relacionar-se com Estados e Municípios.

Aqui no Pará também vislumbramos os efeitos da crise, será fundamental mantermos rigoroso controle das despesas e buscarmos alternativas de receitas e ambiente de confiança que permita novos investimentos, ampliação da receita e retomada do crescimento dos empregos.

O Pará possui atualmente 8,5 milhões de pessoas. É o segundo maior Estado em extensão territorial do País. Está situado no maior corredor de florestas protegidas do mundo, e dispõe de 24% das florestas brasileiras. Detém um extenso sistema fluvial, com cerca de 20 mil km de rios navegáveis. Representa 25% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro, e conserva 3,2% da disponibilidade de água doce do Planeta.

Possui importantes reservas minerais em quase todo o seu território. Detém 11% das reservas mundiais de bauxita e 3% das reservas mundiais de ferro, cobre, ouro e níquel. É o maior produtor nacional de mandioca, de açaí, de dendê e biocombustível, o segundo maior produtor de pimenta do reino, e o terceiro maior produtor de abacaxi. Possui o maior rebanho de bubalinos e é o quinto maior produtor de gado bovino.

Apesar de toda essa riqueza, paradoxalmente é o 11° Estado no PIB brasileiro e ocupa apenas a 22ª posição no PIB per capita, sendo o seu valor um pouco mais da metade do valor do PIB per capta nacional. Ocupa a incômoda posição de 5° lugar entre os Estados com maior proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (mais de ¼ da sua população), e a renda média do paraense é 43% inferior ao valor nacional.

Em resumo, apesar de ser um Estado dotado de riquezas econômicas ainda persiste a pobreza e as desigualdades no Pará. A crise econômica nacional, sem dúvida afetou bastante o Estado, reduzindo sua curva de crescimento, o que impactou nos indicadores sociais.

O desafio de desenvolver o Pará é muito grande. Há muito o que se fazer. É preciso prosseguir nas mudanças realizadas e até mesmo intensifica-las. O desafio de buscar soluções para os grandes e graves problemas do Estado requer o estabelecimento de diretrizes e a pactuação de novas agendas.

Assegurar o crescimento econômico, ambientalmente responsável e com prosperidade melhor distribuída é, sem dúvida, o maior desafio do governo, e este é o compromisso que assumimos neste Programa de Governo. A internalização de riquezas e a promoção de igualdade de oportunidades constituem-se em requisitos essenciais para o desenvolvimento da sociedade. E é isto que o Pará precisa.

Ao invés de ficarmos intimidados, esses desafios nos encorajam. Podemos e vamos fazer mais. Algumas das políticas já foram estruturadas pelo governo que nos antecede, há que se atuar fortemente na distribuição dessas políticas, garantindo acesso principalmente aos que mais precisam. Avançar e inovar, com responsabilidade e atenção às necessidades do povo paraense, observando sempre as peculiaridades de cada região é nosso compromisso.





Na bandeira brasileira o Pará é representado pela estrela que está acima da faixa "Ordem e Progresso", com o engajamento e apoio da sociedade trabalharemos juntos para honrar o lugar de destaque que nosso Estado ocupa.

Nosso Programa de Governo não tem a pretensão de se esgotar neste documento. Estruturamos um leque de diretrizes e compromissos pautados em escutas e diálogos estabelecidos com diversos segmentos ao longo de nossa caminhada. O Projeto que debatemos é um projeto de Estado, que compreende a possibilidade de interlocução, alianças e agregações de todos aqueles que creem na construção do Estado do Pará mais justo e solidário, forte e estruturado, com princípios públicos abraçados por todos.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO É O QUE O PARÁ PRECISA

Enquanto o dinamismo da economia do Estado se mantiver quase na exclusiva dependência de uma base extrativista e dos resultados dos grandes empreendimentos (de infraestrutura energética, logística e similares) – capitaneados pelo governo federal, que, juntos, respondem por ¾ do PIB paraense, dificilmente esse grave quadro social será alterado.

Portanto, as políticas públicas e os instrumentos governamentais devem ampliar seus vetores de fortalecimento econômico, aproveitando todo o potencial de recursos naturais do Estado, agregando pesquisa e tecnologia, melhorando a produtividade e buscando a internalização de valor no território paraense.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O compromisso que assumimos é que as ações voltadas para o desenvolvimento da economia paraense estejam subordinadas à responsabilidade ambiental, geração de valor econômico e desenvolvimento social. Isto condicionará as diferentes políticas governamentais, envolverá construções transversais, devendo integrar as instâncias participativas e os outros setores da sociedade.

Na nossa gestão fomentaremos o crescimento produtivo a partir da ampliação dos investimentos em pesquisa e inovação e da integração das políticas, potencializando micro cadeias produtivas, a agricultura familiar, o empreendedorismo, a formação e qualificação profissional e o microcrédito.

O QUE VAMOS FAZER:

AGRICULTURA, AQUICULTURA E ABASTECIMENTO

• Implantar linhas de crédito para produção, capital de giro, aquisição de maquinas, veículos, implementos e equipamentos voltados ao pequeno produtor rural, ao pescador artesanal e a empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo





cooperativas, associações, colônias de pescadores, grupos de auto-gestão etc. com baixos juros e alternativas de garantia diferentes do título da propriedade.

- Com um Programa de Voluntariado, incentivar a participação da sociedade civil e Academia no desenvolvimento do Estado, onde empresários e profissionais liberais e professores apoiam com conhecimento e experiência empreendimentos financiados/apoiados pelo Estado.
- Promover a regularização fundiária integrada às demais políticas públicas, agregando tecnologia para o levantamento de dados sobre a estrutura fundiária do estado (mapeamento, topografia e cadastro) conferindo agilidade ao processo.
- Implantar programas de apoio ao pequeno produtor e sistemas familiares de piscicultura em tanques redes, tanques e viveiros.
- Incentivar a implantação de fabricas de ração para baratear os custos de produção.
- Incentivar o plantio de árvores em sistemas agroflorestais comerciais, visando incentivar que pequenos produtores sejam colaboradores ativos na diminuição de CO2 no Pará.
- Fortalecer e ampliar o programa de assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores por meio da EMATER e de contratação de entidades executoras para apoio a elaboração de projeto, regularização ambiental, ampliação da produção, comercialização etc.
- Criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da economia solidária e agricultura familiar.
- Estimular a implantação de agroindústrias de pequeno e médio portes, para a gestão para cooperativas e associações de agricultores familiares.
- Promover nacional e internacionalmente a divulgação da qualidade do produto paraense relativo às condições fitossanitárias, legais, ambientais e sociais;

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

- Criar um fundo público e privado que permita o financiamento de micro e pequenas empresas, com o apoio do SEBRAE para acompanhamento e aprovação das empresas beneficiadas.
- Criar política de fundos produtivos com gestão público-privada a partir de alíquota de ICMS ou diferimento do imposto, e taxa equivalente, para permitir maior agilidade em investimentos estruturantes, fomento e parceria empresa-ensino e pesquisa, reduzindo a dependência de atuação do Estado.
- Incentivar a implantação de indústria de biodiesel via redução de IPVA e redução de ICMS na comercialização do combustível, atrelado ao aumento de empregos





- Executar mutirões fundiários nos municípios paraenses e estabelecer a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para fins de regularização fundiária para o setor privado.
- Contratar empresas especializadas para, em apoio às Secretarias especificas, prestar consultoria, acompanhar e supervisionar a implantação dos empreendimentos e obras.
 - Executar o primeiro leilão de energia renovável do Norte do País
- Fortalecer e expandir o Polo Joalheiro para as regiões mineradoras, com inovação, capacitação de ourives, verticalização mineral, turismo e Arranjos Produtivos Locais (APLs).
- Propor à Agência de Mineração delegação para emitir alvarás e outorgas para pequenas minerações, com vistas à agilização dos processos.
- Incentivar o empoderamento e a autonomia econômica das mulheres criando mecanismos de acesso ao crédito e a capacitação nas diversas áreas.
- Priorizar o acesso ao microcrédito e programas de estímulo ao empreendedorismo e de formação profissional às mulheres chefes de família de baixa renda.
 - Criar um programa de educação financeira

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Buscar novas alternativas de financiamento para sustentar e expandir as ações voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, com a consolidação do PCT Guamá (Parque de Ciência e Tecnologia) e a criação de ambientes de inovação em outras regiões do Estado, dentre os quais o PCT do Oeste voltado à economia da biodiversidade e o PCT do Sul e Sudeste voltado à economia mineral-metal-mecânica e o PCT do Nordeste voltado ao agronegócio e turismo.
- Criar Programa de financiamento de startups, de micro e pequenas empresas de base tecnológica, para desenvolvimento de uma economia do conhecimento no Pará.
- Dinamizar e fortalecer o Programa Pará Profissional, com o financiamento de pelo menos 10 a 15 mil vagas anuais em cursos de formação profissional, compatíveis com as necessidades do mercado e das cadeias produtivas nas regiões do Estado, com atenção prioritária aos jovens.
- Ampliar a rede de fibra ótica com interligação de regiões do Estado ainda não atendidas, como o sul do Pará e o restante da ilha do Marajó, afim de melhorar a inclusão digital.
 - Estimular pesquisas de extensão voltadas para a agricultura familiar.





• Apoiar as inovações tecnológicas e a democratização do acesso às tecnologias relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica.

Turismo

- Estimular a criação de fundos municipais para o desenvolvimento do turismo.
- Capacitar gestores públicos e privados em gestão pública voltada para o turismo.
- Aumentar a divulgação e a promoção do Estado como destino turístico para o público nacional e internacional, afim de intensificar o Turismo Receptivo.
- Promover o segmento da gastronomia e os produtos gastronômicos de origem do Pará.
- Criar um calendário oficial do Estado de eventos de turismo e gastronomia, inclusive com apoio ao turismo de negócios, turismo de eventos, ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso, entre outros.
- Realizar o projeto "Inclusão Social pela Gastronomia", vinculado ao Pará Profissional, para formação e qualificação de jovens, fomentando o desenvolvimento de produtos gastronômicos com forte selo social.
- Criar uma malha aérea regional integrada entre os Estados e os países emissores de turistas, com estímulo para o aumento da frequência de voos, e da adoção de *code share*, por meio da redução das tarifas do ICMS sobre o combustível.
- Implantar e renovar a sinalização turística inteligente e interativa dos municípios paraenses, que constam no mapa de turismo do Brasil.
- Desenvolver processos para obtenção de Indicação Geográfica (IG) de produtos artesanais produzidos no Estado.

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

- Dar sequência ao "Programa Pontes Concretas", concluindo a substituição de todas as pontes em madeira nas rodovias estaduais;
- Seguir e aperfeiçoar o "Programa de Manutenção Integral", inclusive estabelecendo convênios de parceria com os municípios, por meio de cessão de patrulhas mecanizadas e combustível, para atender à malha viária não pavimentada e principais estradas vicinais municipais no âmbito territorial de municípios estratégicos.
- Implantação da Rodovia da Liberdade, na Região Metropolitana de Belém, através de parceria público-privada e/ou concessão;





- Pavimentação da Rodovia Perna Leste, com 43 km, consolidando o acesso do sul do Pará à Região Metropolitana de Belém RMB e de rodovias e vicinais essenciais ao escoamento da produção ou ligação intermunicipal.
- Atualização do Sistema Rodoviário Estadual com a ampliação da malha rodoviária estadual incorporando estratégicas estradas vicinais municipais e articulando com o Governo Federal a manutenção de estradas Federais estratégicas para o desenvolvimento econômico do Estado como, por exemplo: a BR-163, Transamazônica, BR-422 etc.
- Implantação e Incorporação, com ampliação e adequação para operações noturnas e voos comerciais, dos aeródromos de Salinópolis, Soure, Breves, Redenção e Novo Progresso, além da concessão para a iniciativa privada, dos aeródromos de Porto Trombetas (Oriximiná) e Monte Dourado (Almeirim).
- Implantação de Infraestrutura de Terminais Regionais (rodoviários/hidroviários) de Passageiros.
- Implantação do "Programa de Controle Viário Integrado", contemplando inspeção fiscal, controle de pesagem e segurança pública nas Rodovias Estaduais.
- Pavimentação da PA-254, seguindo a consolidação da matriz de integração viária da calha norte do rio amazonas, possibilitando a melhor acessibilidade dos municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Prainha ao Terminal de Integração de Santana do Tapará.
- Pavimentar 500 quilômetros de rodovias estratégicas em todas as regiões do Estado.
- Conclusão da implantação do Programa de Consolidação de Mobilidade Metropolitana, através da readequação da estrutura da rodovia BR-316, km 0 ao km 10,5, inclusive com a implantação do BRT Metropolitano;
- Articular com o governo federal a Implantação de malha intermodal para incentivo à cadeia produtiva, devendo se considerar de alta capacidade de carga o modo ferroviário e o modo aquaviário (cabotagem e hidrovias interiores), integrados a malha rodoviária regional em terminais multimodais.





DESENVOLVIMENTO HUMANO E DEFESA SOCIAL

Diante de tantos desafios, os maiores inimigos da Nação são a pobreza e a desigualdade, que nos instigam a buscar permanentemente formas de superação. Setores públicos e privados, aliados a sociedade civil podem celebrar grandes alianças para o enfrentamento desta realidade. É responsabilidade do Estado garantir acesso a políticas de base para a população em situação de vulnerabilidade social.

É nosso compromisso de manter e fortalecer programas sociais importantes como Pro Paz, Cheque Moradia e Credcidadão, além de criar um grande Programa de governo para inclusão social da população de baixa renda, voltado para dinamizar e expandir o empreendedorismo e o cooperativismo, por meio de concessão de microcréditos e da ampliação ao acesso da população aos serviços básicos.

É nosso compromisso incentivar as iniciativas sociais, já estabelecidas, conforme a lei do terceiro setor, ampliando o atendimento das comunidades em diversas áreas. Iremos valorizar as organizações sociais que por meio de suas lideranças tiveram a coragem de implementar projetos em benefício da nossa gente.

Assumimos o compromisso de estimular o melhor desempenho das escolas e premiar os jovens que se esforçam para concluir o ensino médio, avançando na sua profissionalização com vistas a atender à demanda do mercado local. Somente assim o Pará conseguirá atingir um outro patamar de desenvolvimento que ampliará as possibilidades de melhoria da qualidade de vida da população paraense e diminuir as desigualdades existentes.

Na saúde, é importante lembrar que em 2004 o Estado do Pará possuía 3 hospitais de média e alta complexidade, localizados em Belém, Sta. Casa, Ophir Loyola e Gaspar Viana (Clinicas), ao final de 2018 serão 21 hospitais de média e alta localizados nas diversas regiões do Estado, efetivando o processo de descentralização e estruturação da rede.

O nosso compromisso é melhorar os serviços públicos cada vez mais. Na nossa gestão no quadriênio 2019-2022 vamos manter o nível de investimento na saúde pública paraense e fortalecer as redes municipais com revitalização e readequação dos seus hospitais, além de incentivar a atuação dos municípios na atenção básica. Vamos avançar no Programa de Gestão de Saúde por resultado, estabelecendo metas, acompanhado e cobrando resultados.

Iremos ampliar a rede de saúde para primeira e segunda infância, com novos leitos e novas unidades de urgência e emergência, ampliando também o atendimento em serviços de hemodiálise, inclusive o infantil.

Entendendo o Esporte como indispensável a boa saúde, incentivaremos ainda mais sua prática. No Pará existem inúmeras potencialidades nessa área, temos atletas que nos orgulham em diversas modalidades. Nosso compromisso é fortalecer o esporte de rendimento e de alta performance na áreas que temos infraestrutura adequada. Vamos continuar atuando fortemente para atração de grandes eventos desportivos para o Pará





Fomentaremos modalidades em que nosso ambiente Amazônico tem grande potencialidade, como pesca esportiva, canoagem, esportes de aventura, além de mantermos o apoio ao jogos indígenas. Criaremos circuitos através de zonas de interesse turístico e atividades esportivas voltadas para a preservação da natureza, aproveitando o interesse mundial por ações associadas aos aspectos ecológicos e de sustentabilidade.

O esporte tem um grande potencial na prevenção de problemas sociais em várias áreas, pois é um grande instrumento de inclusão. Na Segurança Pública, o esporte é um dos vetores na política de prevenção à violência e à criminalidade; na Educação, tem um papel agregador e é uma das alternativas para manter o aluno na escola, prevenindo a evasão e a repetência escolar; na Saúde, a prevenção de doenças e a promoção qualidade de vida, é um dos principais benefícios das práticas esportivas.

O QUE VAMOS FAZER:

EDUCAÇÃO

As propostas para Educação estão ancoradas em três eixos: Universalização, Qualidade e Gestão:

UNIVERSALIZAÇÃO:

- Articulação com os municípios para abertura de novas vagas para pessoas fora da escola e com o fundamental não concluído e abertura de novas vagas na Rede Estadual para pessoas de 15 a 17 anos fora da escola;
- Ampliar as vagas do Ensino Médio em tempo integral e na Rede Tecnológica no Pará:
- Expansão dos programas de EJA, de modo a ampliar a escolaridade média da população de 9,2 anos para 12 anos;
- Estabelecimento de políticas públicas para o desenvolvimento de projetos específicos e diversificados para as populações de difícil acesso, do campo, quilombola, indígenas e ribeirinhas SEI e projetos de educação do campo;
- Construção de novas escolas e ampliação das instalações de escolas em funcionamento;
- Contratação de novos profissionais da educação capacitados, incluindo aqueles de apoio escolar a pessoas com deficiência;
- Ampliação dos investimentos em transporte escolar para atendimento das demandas educacionais – garantia de acesso à educação;

QUALIDADE:

 Institucionalização dos projetos de alfabetização com sistema de monitoramento fortalecendo o regime de colaboração com os municípios;





- Promoção da formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras;
- Consolidação do trabalho de definição de metas qualitativas por escola, a partir dos resultados apresentados nos processos nacionais e estaduais de avaliação, instituindo programa de incentivos aos gestores, professores e alunos das escolas que atingirem o desempenho esperado;
- Criar mecanismos para a redução das taxas de reprovação e abandono da educação básica e ampliação dos programas de recuperação de conteúdos;
- Investimento na continuidade do SisPAE Sistema Paraense de Avaliação Educacional;
- Implementação de propostas pedagógicas inovadores e ajustadas às demandas das populações do campo, quilombola, ribeirinha e indígena;
- Retomar e ampliar as obras de reforma das escolas da Rede Estadual, inclusive com adequação de todas as instalações para acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Ampliação do valor por aluno da merenda escolar, de modo a manter cardápio diversificado e adequado ao desenvolvimento dos alunos – garantia de permanência na escola;
- Ampliação dos programas de preparação dos Jovens para o Exame Nacional do Ensino Médio – Propaz ENEM, garantindo e estimulando o acesso ao Ensino Superior;
- Fortalecimento, institucionalização do CEFOR-Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Pará e ampliação da parceria com UEPA e Escola de Governança;
- Expansão de programas de pós-graduação lato sensu na área educacional junto às instituições públicas de ensino superior que atuam no Estado.

GESTÃO:

- * Seleção de gestores e diretores por meio de processo seletivo, associado à avaliação de mérito e desempenho;
- Fortalecimento dos Conselhos Escolares como representação da comunidade nos processos de gestão;
- Estruturação de cursos específicos na área de gestão pública para os diretores das escolas e gestores de URES e USES;
- Estabelecimento de mecanismos de avaliação de desempenho dos diretores e gestores de URES e USES;





EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO SUPERIOR

- Ampliar a rede de escolas profissionais no Pará.
- Articular políticas de expansão do ensino superior com a União, organizando os esforços para interiorização da oferta e valorizando as entidades de ensino superior estaduais.
- Articular políticas de expansão da pós-graduação stricto sensu com a União e fortalecer os programas da UEPA, incluindo a oferta no interior do Estado.

ESPORTE E LAZER

- Modernizar as instalações do Estádio Olímpico do Pará (EOP), para contemplar os requisitos mínimos de segurança e conforto ao público.
- Dotar as quadras poliesportivas das escolas estaduais e das sedes de municípios de uma infraestrutura mínima para realização de suas atividades, permitindo a oportunidade de detecção e formação inicial de atletas regionais.
- Instituir Lei de Incentivo ao Esporte, como mecanismo de incentivos para financiamentos privados de equipes e atletas.
- Adequar e ampliar a ação da Lei 7.119/2008 Bolsa Talento, permitindo resgatar a ação do governo no meio esportivo.
- Implantar o Programa Mais Esporte, com a finalidade de incentivar e promover eventos e programas esportivos em todo o Estado, com parceria da iniciativa privada;
- Criar o "Time Pará", visando à composição de um grupo seleto de atletas para receber atenção especial no desenvolvimento de suas carreiras, através de uma "Bolsa de Mérito Desportivo", na perspectiva de resultados positivos em competições nacionais e internacionais, inclusive olímpicos.
- Implantar o Circuito Pará de Esporte de Aventura, reunindo várias modalidades em um só evento, percorrendo todas as regiões do Estado.
- Apoiar as Federações esportivas na realização de um planejamento do calendário anual, com a garantia de financiamento mínimo e uso de um "ranking" classificatório, composto por indicadores meritocráticos de desempenho de gestão.
- Apoiar as Ligas do Interior na realização dos seus eventos, em face do enorme apelo popular do futebol no Pará e do bom desempenho das equipes do interior no campeonato paraense de futebol profissional.
- Apoiar as Secretarias Municipais de Esporte e/ou de Educação para participação nos Jogos Abertos do Pará realizados anualmente, assim como a participação nos Jogos Estudantis do Pará (Jeps).





- Apoiar o Programa de Formação de Técnicos, Árbitros e Gestores, em parceria com as Federações e Secretarias Municipais, para maximizar os benefícios de investimentos na formação de recursos humanos, diluídos com a participação individual fora do Estado.
- Incentivar a prática esportiva em espaços públicos, para massificar o esporte e facilitar o acesso da população aos equipamentos esportivos em logradouros públicos.
- Apoiar a formação de agentes comunitários para a massificação de práticas esportivas entre as comunidades.
- Incentivar as Federações a realizarem Jogos Intercolegiais, como estratégia para formação e desenvolvimento de atletas nos colégios, sem conflito de competências com os Jogos Escolares Paraenses realizados pela SEDUC.
- Retomar o Projeto Fábrica de Ídolos, com edital lançado para apoiar atletas amadores em ascensão.
- Dar continuidade e potencializar os projetos tradicionais já desenvolvidos pela SEEL: Programa Bolsa Talento, Navegar, Pro Paz nos Bairros, Vida Ativa na 3ª Idade, Paradesporto.
- Reativar projetos de grande repercussão e abrangência, como os Jogos de Identidade Cultural do Marajó e os Jogos Tradicionais Indígenas.
- Realizar parcerias com Associações, centros comunitários, Arenas esportivas de modo a ampliar o alcance das políticas públicas e a utilização desses espaços para a prática esportiva em consonância com àquelas políticas.

SAÚDE

- Implantar as unidades do AME Ambulatório Médico de Especialidades (AME). Os AMEs são serviços de alta resolutividade, com modernos equipamentos, que oferecem consultas, exames e, em alguns casos, cirurgias em um mesmo local, proporcionando maior rapidez ao diagnóstico e ao tratamento dos pacientes.
- Implantar o Hospital Metropolitano na região do Baixo Amazonas, com ênfase na urgência e emergência e trauma.
- Implantar serviço especializado de internação para tratamento de dependentes químicos.
 - Implantar a rede de telemedicina, de modo a permitir o diagnóstico à distância.
- Criar um programa de atenção, prevenção e tratamento para, em parceria com os municípios, evitar doenças como diabetes, hipertensão, obesidade etc.
- Implantar salas de estabilização, laboratórios de análise clínica, ultrasonografia, Raio X e eletrocardiograma em todos os municípios onde não houver o serviço no Estado.





- Fortalecer e ampliar a cobertura da atenção básica, tendo a família como centro do cuidado (apoio aos municípios para a ampliação do programa Saúde da Família).
- Ampliar o acesso às ações e serviços especializados, ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, com qualidade e resolutividade.
 - Implantar novos leitos de UTI e UCI nos municípios polo.
- Implementar estratégias itinerantes para a ampliação do acesso a serviços especializados, como cirurgias de catarata, glaucomas e consultas em geral.
- Realizar convênios com hospitais privados ou filantrópicos para dar vazão na demanda por cirurgias de pequeno e médio porte.
- Fortalecer a Rede Estadual para Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, e implantar polos de diagnóstico descentralizados.
- Implementar política de atenção permanente às endemias, em especial a malária.
- Assegurar que todas as mulheres grávidas tenham acesso, em todos os municípios paraenses, a pelo menos sete exames pré-natais. Ampliar a disponibilidade de aparelhos de mamografia nos municípios, em parceria com as prefeituras. Estabelecer como meta a universalização do acesso aos exames preventivos de câncer do colo do útero. Fortalecer os programas de planejamento familiar, facilitando e orientando o acesso a métodos contraceptivos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Valorizar o protagonismo das famílias com ênfase na relação Família-Territórios de Vida, cabendo ao governo o papel de identificar as necessidades básicas da população e garantir que as famílias acessem serviços socioassistenciais de qualidade.
- Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com expansão do atendimento as famílias residentes em locais vulneráveis nas zonas urbana e rural.
- Garantir atenção integral à primeira infância, adolescência, juventude, mulher e população idosa.
- Fortalecer a articulação entre os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), escolas, unidades básicas de saúde, Programa de Saúde da Família (PSF) e demais políticas sociais.
- Implantar a casa de acolhimento para atender LGBT em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Ampliar o acesso da população LBGTI à emissão da Carteira de Identidade Social.





- Articular parcerias com o SUAS, promovendo a devida capacitação de seus profissionais para divulgar e disponibilizar benefícios sociais e programas de transferência de renda para população LGBT em situação de rua ou de extrema pobreza e vítimas de violação de direitos humanos.
- Instituir a agenda de reorganização da rede dos serviços socioassistenciais, em parceria com o terceiro setor, visando ampliar o acesso da população mais vulnerável do Estado aos serviços de proteção social, considerando os planos estadual e municipais de assistência social.
- Garantir informações acessíveis sobre os programas e benefícios sociais por meio de campanhas direcionadas aos seus beneficiários.
- Promover e estimular a cultura do empreendedorismo junto às organizações comunitárias.
 - Estimular as inovações tecnológicas nas políticas de assistência social.
- Fortalecer e ampliar os programas de erradicação do trabalho infantil e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Fortalecer e ampliar os programas de combate à discriminação em todas as suas vertentes, inclusive racial, de credo ou opção sexual.
- Implantar movimento de busca ativa permanente (porta a porta), para que as pessoas extremamente pobres sejam visíveis aos programas e projetos sociais.
- Fortalecer o controle social por meio da participação e voz dos coletivos (comunidades) locais, incentivando pessoas e organizações da sociedade civil na composição dos Conselhos de Assistência Social e afins.
- Apoiar e estabelecer parceria com ONGs, Igrejas, empresas que tenham atuação reconhecida de atendimento à população para o fortalecimento e ampliação de atendimentos.
- Implantar o Programa Pará Solidário e Sustentável rede de solidariedade voltada para projetos que atendam e promovam assistência a dependentes químicos, cuidado e assistência a crianças, adolescentes, idosos, animais abandonados, famílias e pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, além do combate à pobreza e outras iniciativas que cuidam de pessoas, com o envolvimento da iniciativa privada, entidades sociais, pessoas físicas e jurídicas.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

- Garantir o acesso à alimentação adequada e saudável para grupos, famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar ou de vulnerabilidade.
- Garantir o acesso à água de qualidade para o consumo da população e para a produção de alimentos da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e da pesca e aquicultura, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica.





- Promover e incorporar o direito à alimentação adequada nas políticas públicas, do acesso à alimentação de qualidade e de modos de vida saudável, da educação alimentar e nutricional e da alimentação e da nutrição materno-infanto-juvenil.
 - Fortalecer as ações de vigilância sanitária dos alimentos.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

- Fomentar a criação de empregos formais de qualidade, com a garantia de todos os direitos trabalhistas.
- Implementar políticas visando à diminuição da rotatividade no emprego, promovendo incentivo às empresas que mantiverem os contratos de trabalho por períodos superiores às médias do seu setor.
- Incentivar o aumento da produtividade, mediante a incorporação, pelas empresas, de tecnologias modernas em seus processos produtivos e de ações de treinamento e capacitação de mão-de-obra.
- Criar programas específicos de formação e qualificação profissional, direcionados para as distintas faixas etárias, visando incorporá-los ao mercado formal de trabalho, com especial atenção àqueles que recebem o seguro-desemprego.
- Apoiar o associativismo e o cooperativismo, como instrumentos de geração de renda e oportunidades.
- Estimular os arranjos produtivos locais, para a geração de empregos de qualidade.
- Fomentar ações junto aos diversos setores produtivos para garantir ao jovem o seu primeiro emprego formal.
- criar espaços públicos de coworking (espaços compartilhados de trabalho) como apoio a inovação e ao empreendedorismo da economia criativa.
 - Apoiar projetos locais de geração de renda, em articulação com os municípios.
 - Combater o trabalho escravo e degradante, bem como o trabalho infantil.

CULTURA

- Incluir bens e manifestações culturais no ambiente escolar por meio de ações curricular e extracurricular nas escolas públicas estaduais, para aprimorar a formação dos estudantes.
- Implantar Centros de Economia Criativa Popular espaço de capacitação em empreendedorismo, potencializando a dimensão criativa e empreendedora de manifestações culturais populares e tradicionais, como quadrilhas, pássaros juninos,





grupos de carimbó, etc., por meio de atuação intersetorial (Saúde, Cultura, Administração, Turismo, Propaz).

- Ampliar o Edital Cultura de Audiovisual para um Programa Estadual de Fomento ao Audiovisual do Estado do Pará.
 - Estudar a criação de Lei de Incentivo para o Audiovisual
- Criar o Pará *Film Comission* visando a mediação do produtor independente) com as instâncias do Estado, promovendo territórios do Estado, sugerindo locais/cenários de gravação, fomentando projetos e fortalecendo a cadeia produtiva local.
- Implantar o Programa Saúde é Cultura incentivo a projetos criativos articulados com a política de Saúde do Estado, utilizando a cultura como forma de comunicação e educação para ações de saúde.
- Implantar o Programa Rede do Produtor Cultural capacitação do produtor cultural e o fortalecimento da rede de produtores independentes, potencializando e qualificando a participação dos produtores nos editais públicos de cultura do Pará e do Brasil
- Implantar o Programa Comunica Pará, com o intuito de selecionar via edital propostas de eventos de médio e pequeno porte para promover oficinas, qualificação e treinamento de estudantes, comunidade e profissionais na área da comunicação, combinado com eventos correlatos que serão realizados em todas as regiões do Estado, além de abertura de linha de crédito específica para os profissionais de comunicação independentes e apoio às rádios comunitárias para sua modernização.
- Instalação, recuperação e remodelação de equipamentos culturais, implementando uma política de descentralização que confira visibilidade às produções;
- Criação de Centros Culturais de Referência Regionais que integrem biblioteca, cinema, teatro multiuso, salas de exposição, livraria, oficinas de artesanato, ludoteca, espaços de convivência (para jovens, adultos, pessoas com deficiência e terceira idade).
- Implementar política de gratuidade, em pelo menos um dia da semana, na rede de equipamentos culturais do Governo do Estado.
- Ampliação da área de abrangência dos projetos da Fundação Cultural do Pará e do Curro Velho, maior interiorização dos programas.
 - Criação de Escolas e Núcleos de Cultura Tradicional e Práticas Artesanais.
- Estabelecer um programa permanente de oficinas, cursos, workshops e ateliês, contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente os espaços culturais existentes no Estado;
- Implementação de cursos de formação dedicados à qualificação dos agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura etc.





- Ampliação e modernização dos programas de incentivo à cultura já existentes no Estado revisando a Lei Estadual de Incentivo a Cultura;
- Ampliar e criar novos editais setoriais de cultura, adentrando em esferas de linguagens artísticas hoje ainda não abrangidas.
- Criar uma linha de credito (CredCultura) com o intuito de fomentar a produção artística independente.

DEFESA SOCIAL

No Brasil, nos últimos anos o tema segurança pública tem se destacado entre os mais debatidos pela população e mais priorizados nas agendas governamentais em todos os níveis da federação. É inegável a escalada da violência no Brasil, bem como o crescimento do tráfico de drogas que se espalhou nos grandes centros e vem se apropriando de núcleos populacionais menores, reconhecidamente tidos como pacatos. A violência deixou de ser fenômeno típico das capitais e regiões metropolitanas e alcançou todas as cidades brasileiras.

O cenário atual de estagnação econômica generalizada, de desemprego e de instabilidade social e política, tem pressionado o agravamento dos indicadores sociais em todo o país, potencializando a situação de violência.

Não há mais como dissociar as ações policiais das de prevenção social. Esses dois vetores precisam caminhar juntos, de forma imediata e inadiável, respeitando-se as respectivas competências de atuação dos órgãos envolvidos.

Fortaleceremos o Propaz nos Bairros e nas Escolas, as UIPPs (Unidades Integradas Propaz), o PROERD (Programa de Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) da Polícia Militar, Escola da Vida do Corpo de Bombeiros e ampliaremos a política de prevenção feitas diretamente nas áreas de maior incidência criminal, fazendo intervenções antes que o crime aconteça, com campanhas educativas, ações de formação qualificada, estímulo a inciativas comunitárias, fomento as atividades de cidadania, esporte e cultura, ocupando espaços ociosos nos bairros;

Também vamos direcionar esforços à política da socioeducação, estruturando melhor as unidades e fortalecendo as iniciativas dos adolescentes e a proposta pedagógica de formação, preparando-os para a vida social e trabalhando a inclusão como forma de diminuição da reincidência.

Ampliaremos também os investimentos na repressão a todas as formas de crime, fortalecendo nossas polícias com equipamentos de proteção, armamentos, viaturas, capacitação e tecnologia. Reforçaremos a inteligência para garantir, no âmbito da polícia investigativa, uma atuação mais precisa o que diminuirá também o indicador de tempo/ resposta subsidiando o sistema de justiça com informações que possibilitarão a diminuição da impunidade.





SEGURANÇA PÚBLICA

- Sistema de metas de elucidação de crimes violentos letais intencionais (homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte).
- Programa de ocupação ostensiva e atendimento imediato à sociedade nas áreas com elevados índices de crimes.
- Plano de atuação integrada direcionado às áreas de risco e de vulnerabilidade social.
- Fortalecimento da Inteligência Estratégica e Policial e do Programa de ampliação da infraestrutura de comunicação, transmissão de dados e sistema de vídeo monitoramento
- Criação do Posto de Controle Integrado: Enfrentamento aos ilícitos praticados nas áreas limítrofes do Pará.
- Programa de ampliação de infraestrutura operacional, recursos logísticos e de pessoal das Forças de Segurança Pública.
- Sistema de Prevenção e Redução de Riscos nas situações de emergência, e desastres que afetam a vida, o patrimônio e o meio ambiente.
 - Programa de Valorização e Desenvolvimento de Competências Profissionais.
 - Programa de Proteção Integrada às vítimas de violência.
 - Programa de Fortalecimento e apoio às Guardas Municipais.
- Apoiar a municipalização do trânsito e incentivar a estruturação dos municípios com equipamento, capacitação e implantação de programa de educação no trânsito.
 - Descentralizar as Perícias de Medicina Legal.
- Articular com o Governo Federal a reativação e implantação de novos postos da Policia Rodoviária Federal.
- Construir novos Postos Integrados de Segurança, Fazenda, Defesa Agropecuária e Ambiental nas principais rodovias de acesso ao Estado do Pará e novos Postos Integrados para proteção nos rios (estreito de Óbidos, furo do Tajapuru, rio Tapajós e canal norte do rio Amazonas), para promover maior fiscalização e repressão ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, roubo de cargas e ao ingresso de produtos de origem animal e vegetal em desacordo com a lei.
- Implantar núcleos de apoio à investigação criminal em Santarém, Altamira, Marabá e Redenção, para ampliar a capacidade de atuação do Estado na identificação das causas e fatores da criminalidade e fortalecer a atividade de inteligência e a atuação integrada.
 - Ampliar o número de delegacias de atendimento a criança.





- Ampliar o número de delegacias de atendimento a adolescente em conflito com a lei.
- Ampliar o número de delegacias da Mulher no Estado, fortalecer a expandir a oferta de serviços de acolhimento e apoio psicológico e social para mulheres em situações de agressão.
- Criar o protocolo 190 Mulher fazendo com que as mulheres que estejam sendo vítimas de agressão tenham atendimento prioritário no CIOP.
- Criar a Ronda Mulher, com visitas periódicas de policiais militares às residências de mulheres que estão sob medida protetiva.
- Trabalhar, em parceria com centros comunitários, a organização de palestras de conscientização contra a violência doméstica, destinadas a homens e mulheres.
- Ampliar o número de delegacias de combate a crimes discriminatórios e homofóbicos, fazendo com que o atendimento esteja disponível nos principais municípios do estado.





DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO

Reafirmamos nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e estamos determinados a contribuir com a proteção do planeta da degradação, sobretudo por meio da gestão dos recursos naturais, ordenamento do uso e a ocupação do solo, fomentando e promovendo a utilização sustentável dos recursos naturais, de modo a permitir a convivência harmônica entre o homem e a natureza.

É imprescindível e urgente que as políticas governamentais a serem adotadas no nosso governo contemplem uma política de desenvolvimento urbano e regional apoiado em instrumentos eficazes de governança municipal, capazes de orientar os investimentos, priorizar os projetos estruturantes e coordenar a ação dos agentes públicos e privados, garantida a sua ampla participação na tomada de decisões. O nosso compromisso é o fortalecimento municipal e suas organizações regionais, ou seja, somente será possível reduzir as desigualdades existentes se houver uma coesão territorial das ações de mobilidade, infraestrutura e urbanização inclusiva e, ao mesmo tempo, uma governança regional e municipal, com o envolvimento da sociedade paraense.

Nesse contexto, nossa proposta de atuação pensa as ações de Governo de forma coordenada, ampliando o programa Asfalto na Cidade e integrando-o aos Programas de Regularização fundiária, Cheque Moradia, Água, Educação ambiental, plantio de árvores, educação no trânsito, respondendo às questões de: a) precariedade habitacional; b) inadequação fundiária; c) ausência de água tratada; d) ausência de ruas pavimentadas e arborizadas; e) acidentes de trânsito; f) produção e disposição de lixo. Cidadania e território, portanto, são termos indissociáveis. O Estado precisa avançar nesse debate, abrindo o espaço para a construção de um pacto territorial, reformulando as políticas públicas na sua concepção e no seu funcionamento, tendo em vista a melhoria da vida das pessoas.

O QUE VAMOS FAZER:

HABITAÇÃO, SANEAMENTO, MOBILIDADE E ACESSO À TERRA

- Ampliar e estimular a oferta de casas populares para a população de baixa renda em parceria com o governo federal e municípios.
- Criar um Programa habitacional destinado ao Servidor público com subsidio para o financiamento habitacional.
- Criar linha de microcrédito subsidiado dentro do programa de melhoria habitacional.
- Ampliar o Programa Cheque Moradia, incorporando a possibilidade de atendimento às habitações rurais e o financiamento da mão-de-obra e agregando a assistência técnica especializada para projetos.





- Incrementar o Programa "Nossa Família" de moradia digna aos profissionais da segurança pública, com a oferta de financiamentos com baixas taxas de juros para a compra da casa própria.
- Fortalecer os Programas de regularização fundiária nos conjuntos habitacionais e nas áreas urbanizadas pela COHAB.
- Executar um amplo Programa de regularização fundiária nas áreas ocupadas pertencentes ao Estado associado a qualificação dos territórios.
- Ampliar o programa de certificação e regularização de áreas coletivas de comunidades tradicionais e quilombolas.
- Ampliar a emissão de títulos de terra e integrar as ações de regularização fundiária com todos os serviços contratados pelo Estado voltados à Agricultura Familiar (Assistência Técnica, Água para Todos, programa Viveiros, Unidades Demonstrativas).
- Avançar na coleta e tratamento de esgoto nos grandes municípios atendidos pela COSANPA.
- Ampliar o acesso à água tratada com a finalização das obras de implantação das Estações de Tratamento de Água.
- Criar Programa de disponibilização de água às comunidades rurais e municípios com menos de 20 mil habitantes.
- Implantar soluções regionalizadas que viabilizem uma gestão eficaz sobre a limpeza urbana, manejo e destinação final de resíduos sólidos.
 - Ampliar o Programa Asfalto na Cidade, com o asfaltamento nas vilas e distritos.
- Dar sequência ao "Programa Asfalto na Estrada", pavimentando em Concreto Asfáltico trechos urbanos (vilas e comunidades acima de 250 casas) das rodovias estaduais não pavimentadas;
- Melhorar a infraestrutura urbana, com a revitalização de terminais e praças nos municípios do Estado.
- Fomentar busca de financiamento de sistemas de transporte público ecologicamente sustentáveis, com incentivo ao uso do transporte não motorizado;
- Articular com o Governo Federal e Municípios investimentos em transporte integrado, em especial, o rodofluvial.
- Melhorar as condições de transportes e de acessibilidade interurbana de âmbito regional: melhoria de terminais Rodoviários e hidroviários, estudo para ampliação das conexões entre os municípios (novas linhas intermunicipais).
- Criar o Programa Estadual de prevenção de desastres naturais em áreas urbanas, com ações de contenção de encostas e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas em áreas de risco.





• Articular com os municípios e IPHAN um programa de incentivo ao uso misto do patrimônio para fortalecer a dinâmica sócio econômica existente e possibilitando a manutenção e preservação do patrimônio, incentivando o turismo e a economia.

PLANEJAMENTO TERRITORIAL

- Fortalecer as cidades intermediárias capazes de apoiar a interiorização e a irradiação do desenvolvimento econômico e social e da inovação, criando sistemas de cidades, implantando cursos profissionalizantes, de Universidade e centros de pesquisa e inovação.
- Apoiar a ascensão de pequenas cidades à condição de cidades polos, especialmente aquelas que, por estarem localizadas em áreas pouco urbanizadas, são estratégicas para garantir à população rural, implantando polos de atendimento integrado dos serviços públicos essenciais.
- Estruturar Escritório de Projetos para Municípios Sustentáveis, com apoio à gestão e assistência técnica aos municípios na área de desenvolvimento urbano, visando a elaboração de programas e projetos para captação de recursos pelos municípios.
- Participar e apoiar os municípios na elaboração ou alteração dos Planos Diretores, de Desenvolvimento Urbano e a programas municipais de regularização fundiária visando a sustentabilidade e racionalidade da ocupação e ordenamento do solo.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- Implantar a Avaliação Territorial Estratégica (ATE) em todas as regiões, com vistas a mensurar os impactos individuais e sinérgicos nos territórios referente aos chamados Grandes Projetos (estatais e privados) em execução ou programados, observando os impactos não apenas na perspectiva microeconômica e da produção, mas inclusive nos seus efeitos sobre a Promoção, Proteção e Defesa Social.
- Municipalizar a gestão ambiental junto aos 144 Municípios paraenses (dos quais 120 já exercendo a gestão plena), por meio de treinamento, qualificação e educação ambiental.
- Ampliar as Unidades Regionais integradas de licenciamento (SEMAS, ITERPA, SEDEME e IDEFLOR-Bio, em um único ambiente).
- Fortalecer o Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM), implantando os indicadores espaciais para monitoramento da Lei de Socioeconomia.
- Fortalecer o Projeto de Olho na Floresta, de monitoramento e combate ao desmatamento ilegal.
- Intensificar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sua integração ao Cadastro Federal, com maior celeridade na análise e validação dos cadastros.





- Regulamentar e implementar a Regularização Ambiental, por meio de compensação de reservas legais em áreas de posse rural.
 - Criar e implementar a Política estadual de mudanças climáticas.
- Realizar atendimento integrado e itinerante ao produtor rural caravanas ambientais regionais Estado, município, produtor e agente financiador.
- Implantar Programa de educação ambiental que incentive a redução da geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis.
- Simplificar o processo de emissão de outorga como ato declaratório via sistema online e aumentar o montante passível de dispensa para atividades produtivas do agronegócio por Região de Integração.

GESTÃO E GOVERNANÇA

As dimensões continentais do Estado do Pará nos instigam a criar alternativas de gestão que garantam a presença do Estado em cada região e o acesso aos serviços essenciais em todas as localidades. Os centros regionais de governo serão ampliados e fortalecidos com o Governo Itinerante, a implantação do Governo Digital permitirá maior eficiência e eficácia aos processos.

Em nosso Governo, o Servidor Público também será valorizado, com a implantação da política de produtividade e remuneração variável, ampliação dos programas de formação e revisão da estrutura de carreira e remuneração. É nosso compromisso manter o controle das contas públicas e o ajuste fiscal como pressuposto da gestão, sem prejudicar os programas sociais.

O nosso Governo será pautado pelos princípios constitucionais, não aceitando desvios de conduta ou apropriação indébita dos recursos públicos. Tomaremos sempre medidas enérgicas para garantia do bem comum. Nosso compromisso é implantar um modelo de gestão que estabeleça metas e indicadores que possam ser acompanhados pela sociedade, implementando um modelo de governança pública compartilhada, conforme previsto na Lei da Socioeconomia.

O QUE VAMOS FAZER:

GESTÃO

- Instituir programa de formação de gestores estaduais e municipais voltado à ocupação dos cargos gerenciais estratégicos da administração direta e indireta.
- Ampliar as ações de capacitação dos servidores estaduais e municipais pela Escola de Governança do Pará EGPA, com enfoque na execução de políticas públicas, abrindo formações nos níveis de ensino da graduação, pós-graduação e mestrado.





- Criar o Observatório de Boas Práticas de Gestão, espaço virtual para registro das práticas inovadoras de gestão, de produções acadêmicas e de experiências exitosas em órgãos/entidades públicas .
- Criar e implantar estrutura de carreira e remuneração para os servidores civis da Administração Direta e Indireta.
- Criar e implantar política de remuneração variável, vinculada ao desempenho institucional e pessoal.
- Criar sistema de acompanhamento com prazos de até 60 dias para a concessão de direitos e vantagens dos servidores.
- Realizar concursos públicos para reposição e ampliação da força de trabalho do Estado.
- Instituir programa Banco de Talentos dos servidores estaduais, incentivando com que os servidores com mestrado e doutorado possam contribuir mais com o desenvolvimento de programas e projetos de relevante interesse público.
 - Criar e implantar plano odontológico do servidor público estadual.
- Criar o Prêmio de Incentivo à Economia, através da Licitação, por meio de instrumento de estímulo à melhoria e fortalecimento do sistema de compra, com resultado na qualidade e economia gerada pela licitação.
- Criar o Centro Administrativo de Governo, objetivando agregar em um único espaço físico, os órgãos e entidades do Poder Executivo, facilitando a integração e agilizando o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.
- Desenvolver e implantar o Sistema Integrado de Compras (ferramenta tecnológica própria de licitação), Pregão Eletrônico e Cotação Eletrônica.
- Implantar o Painel de Custeio (ferramenta de análise gerencial dos dados de custeio administrativo) e o Painel de Viagens (ferramenta de análise e controle gerencial das viagens a serviço).
- Implantar um Plano de Logística Sustentável (instrumento que permite criar o conjunto de variáveis de controle que podem valorar as dimensões de desempenho das aquisições, principalmente eletrônicas, e contribuir para revisitar as políticas de compras).
- Criar a Política de Relacionamento e Desenvolvimento do Fornecedor (instrumento de fortalecimento do desempenho do setor de compras).
- Criar o Programa de Eficiência Energética Sustentável nos prédios públicos, iniciando nas Escolas Públicas com o objetivo de lançar o Selo Escola Sustentável.
- Implantar o Sistema Frota Compartilhada (ferramenta de gestão do uso compartilhado de veículo pela administração).
- Criar programa de premiação de órgãos e entidades que se destacarem no controle e conservação patrimonial.





GOVERNANÇA COMPARTILHADA

- Fortalecer o Conselho Estadual de Política de SocioEconomia (COPES).
- Implantar os Conselhos Regionais de Socioeconomia.
- Consolidar o sistema de governança compartilhada dos Centros Regionais de Governo e instalar novos Centros em diferentes regiões do Pará.
- Capacitar os gestores regionais em mecanismos de governança pública, envolvendo liderança, estratégia e controle, objetivando direcionar a atuação da gestão para a condução de políticas públicas e à melhoria da prestação de serviços de interesse da sociedade.
- Fortalecer e ampliar os Fóruns Municipais, objetivando uma discussão qualificada sobre os problemas e desafios da região e dos municípios.

